

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

curso de especialização em economia para jornalistas

OLHARES SOBRE SANTANA DO ACARAÚ

JOSÉ MILTON ROCHA

- Fortaleza -

2002

OLHARES SOBRE SANTANA DO ACARAÚ

JOSÉ MILTON ROCHA

Orientador: Prof. Francisco de Assis Soares

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Economia para Jornalistas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Jornalismo Econômico

- Fortaleza -

2002

OLHARES SOBRE SANTANA DO ACARAÚ

JOSÉ MILTON ROCHA

Aprovada em 30 de dezembro de 2002



Prof. Francisco de Assis Soares

Orientador

Dedico este trabalho a todos aqueles que nunca desistiram de lutar pelos seus ideais e, principalmente, os voltados para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Agradeço, primeiramente a Deus, por existir.

Agradeço a todos aqueles que direta e/ou indiretamente me ajudaram a percorrer esta travessia e, conseqüentemente, a construir este estudo.

Agradeço a meu orientador, professor Francisco de Assis Soares, pela paciência que teve comigo.

Agradeço a todos os professores do Caen, especialmente ao professor Flávio Ataliba, um dos incentivadores e criadores do curso.

Agradeço a todos os colegas de curso pela convivência durante o curso e todos os funcionários do Caen.

Agradeço as jornalistas e minhas amigas Regina Ribeiro e Neyla Fontenele pela força que me deram para não desistir.

Agradeço principalmente a minha querida esposa Elizabeth Matos Rocha, seguramente, a pessoa que mais incentivou para que não desistisse desta empreitada, já que as dificuldades foram muitas, mas com a ajuda dela consegui levar até o fim

Um agradecimento especial a duas mulheres: a que me teve, Maria Roberta da Rocha e a que me criou para o mundo, Maria da Conceição Rocha (in memorium).

Não poderia esquecer outras duas importantíssimas mulheres na minha vida, minhas duas filhas; Rachel Matos Rocha e Milena Geanie Matos Rocha, grandes inspiradoras das minhas realizações.

Sumário

Lista de figuras e gráficos	viii
Lista de tabelas	ix
Resumo	x
Introdução	1
Capítulo I – O povoamento e a fundação da cidade	4
I.1 – A importância da carnaúba na formação da economia do município	6
a) A carnaúba	7
b) O gado	8
c) O dinheiro	9
Capítulo II – Modelo político-administrativo do Estado no período da Mudança	10
Capítulo III – Aspectos que contribuíram para a construção da atual realidade do município	15
III.1 – Gosto pela oposição	15
III.2 – Aumento da pobreza	16
Capítulo IV – Do Modelo Gerencial à Nova Realidade Municipal	18
IV.1 - Principais Questões Políticas e Administrativas	18
a) Representação política	18
b) Administração concentrada	18
c) Falta de instrumentos de planejamento e de gestão pública	19
IV.2 – Principais Questões Sociais	20
a) Como era a educação antes de 1989	20
b) Como está a Educação hoje (1989-2000)	21
c) Taxa de analfabetismo	23

d) Taxa de escolarização real no ensino de 1º. Grau	23
e) Mudanças na Educação	23
f) Taxa de mortalidade infantil	25
g) Médicos por habitantes	26
h) Saneamento	26
i) Desenvolvimento Humano	27
IV.3 – Principais Questões Econômicas	28
a) Indústria	28
b) Intermediários financeiros	28
c) Finanças Públicas	29
Conclusão	31
Referências Bibliográficas	33

Gráfico 1 – Número de Escolas

Tabela 1 – Escolas Municipais por Zacs	24
Tabela 2 – Cobertura em menores de 1 ano, por tipo de vacina, segundo os municípios do Ceará em 1991	26
Tabela 3 – Receita Orçamentária arrecadada e Despesa Orçamentária empenhada, segundo os municípios do Ceará em 1994	29

Resumo

Este trabalho pretende lançar alguns olhares sobre Santana do Acaraú, nas últimas duas décadas e faz parte da grade curricular do Curso de Especialização em Economia para Jornalistas, ministrado pelo CAEN/UFC, a partir de 1999, uma parceria do Banco do Nordeste e dos principais veículos de comunicação do Ceará. Encravada às margens do rio Acaraú, na Zona Norte do Estado, a 230 quilômetros da Capital, Santana é um dos municípios mais antigos e, também, um dos mais pobres do Ceará. O estudo mais recente sobre índice de desenvolvimento humano (IDH), no Brasil, de 2000, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), não traz muito alento para o município, embora o Ceará tenha avançado bastante. O Ceará foi o Estado do Nordeste que mais elevou o IDH, passando de 0,699, em 1991 para 0,597 em 2000. Os indicadores colocam Santana na 113ª colocação entre os 184 municípios do Estado, com o IDH 0,619. Na classificação nacional, o município alcança a 4.316ª colocação entre os mais de 5 mil municípios brasileiros. Entendemos que, pelo painel que montamos neste trabalho, lançando os olhares sobre a economia, a educação, a saúde, as questões sociais que consideramos mais importantes, a população de Santana perdeu muito. Principalmente em consequência das lutas internas. Perdeu potencial, perdeu oportunidades, perdeu capacidade de reagir. Seus líderes políticos preferiram colocar Santana no lado da oposição. O governo estadual, também, por sua vez, não ofereceu alternativas. O governo mudancista (1987-2002) voltou mais suas ações para os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), ou cidades de médio porte, no que concerne ao processo de industrialização, por exemplo. Das centenas de indústrias que se instalaram no Estado, ao longo destes quase 20 anos, a maioria foi destinada aos municípios da RMF. Santana também ficou à margem de projetos de irrigação como os agropólos instalados em Nova Russas, no Marco e na Serra da Ibiapaba. A falta de apoio do governo, até mesmo para a vocação produtiva do município e as contendas internas de Santana, fizeram com que a cidade perdesse quase metade de sua capacidade produtiva, comprometendo, inclusive sua vocação para produtos agrícolas como a oiticica, o algodão, a carnaúba, o caju, a criação de gado, de ovelhas, de cabras. Não bastasse essa série de contratemplos, o município se ressentiu de políticas de planejamento. Faltam instrumentos de gestão pública, instrumentos de planejamento, de ordenamento da economia e da própria utilização do solo. Até hoje, nunca foi elaborado um Plano Diretor, instrumento que norteia a questão do planejamento das cidades. Assim, embora, Santana veja crescer dia-a-dia uma demanda de situações como o aumento da população, por exemplo, que já embute automaticamente outras demandas, continua a se encolher no processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

Introdução

Quando concluí os créditos do Curso Especialização em Economia para Jornalistas - objeto de uma parceria entre a Universidade Federal do Ceará (UFC), através do Centro de Pós-Graduação em Economia (CAEN), o Banco do Nordeste e os principais veículos de comunicação do Ceará, tinha a idéia de fazer um estudo sobre o desenvolvimento do Ceará e se este desenvolvimento alcançado na Era Tassista, entre 1986 e 2002, havia distribuído renda e reduzido as desigualdades sociais, o suficiente para dar acesso à população de menor aquisitivo ao que todos procuram alcançar na vida, bem estar social. Mas acabei voltando a minha atenção para a questão de Santana do Acaraú, a minha terra natal, um dos municípios mais antigos do Estado e também um dos mais pobres, a 230 quilômetros da Capital.

Quando voltei do Rio de Janeiro, tangido pela violência que solapava a Cidade Maravilhosa, que aprendi a amar como a minha segunda terra, fui trabalhar no O POVO, depois de uma passagem rápida pela TV Manchete. Entre 1996 e 1998 trabalhei na editoria de Política. Viajei, corri o Estado, pude apreciar com meus próprios olhos a realidade cearense. Saí daqui, ainda muito jovem, no início da década de 70, pelo mesmo motivo que ejeta a maioria dos sem oportunidades por estas bandas, principalmente aqueles que vêm do Interior. Por esse motivo não conhecia nem a geografia direito, quanto mais a realidade. A minha terra, então, só conhecia a localidade onde nasci. Mas agora, formado, o pensamento e os valores humanos, e com o olhar mais acurado, de jornalista, tento lançar olhares para entender melhor o que se passou com meu Estado e principalmente com minha Santana nestes últimos 20 anos. Sem dúvida, a oportunidade que O POVO me deu, trabalhando na Editoria de Política e, depois na de Economia, foi muito rica. Talvez em outra situação, nem despertasse tanto o interesse para os problemas que afligem de forma decisiva o cearense, principalmente, o homem simples e forte, do sertão, principalmente, o de Santana do Acaraú.

Neste trabalho, a proposta principal não é de fazer uma análise detalhada da situação do município. Isto demandaria muitas informações, comparações e cruzamento destas informações. E informação precisa já é em si, uma matéria prima difícil, em se tratando de cultura brasileira. As estatísticas são sempre escassas e contraditórias. Daí porque resolvi lançar olhares sobre vários aspectos da história de Santana para extrair substratos, informações que possam proporcionar a montagem de um painel que nos conduza a uma compreensão do que aconteceu em Santana, neste período.

O primeiro olhar está focado num caleidoscópio de aspectos que contribuíram para a construção da realidade local. Durante os últimos 30 anos, Santana travou uma briga interna, com a disputa pelo poder local entre as famílias Arcanjo e Vasconcelos. Os principais expoentes desta

disputa acirrada foram o advogado Francisco das Chagas de Vasconcelos e o médico José Arcanjo, ambos adotando a política do assistencialismo, a forma de conquista de poder praticada naqueles tempo. Por pertencer ao partido de oposição, durante o regime militar, ao MDB, Chagas Vasconcelos, que foi prefeito de Santana, deputado estadual e federal, se encarregou de colocar Santana sempre do lado contrário aos governos estadual e federal, tornando mais difícil a chegada em Santana de benefícios oferecidos por estes governos. Lançamos ainda focos sobre os modelos administrativos praticados pelo governo do Estado a partir da segunda metade da década de 80, quase à mesma época, do surgimento de um outro grupo político, agora fazendo oposição ao do Chagas Vasconcelos. O médico João Ananias, sobrinho de Chagas, surge com as mesmas características do advogado, fazendo oposição a todos e a tudo. É eleito prefeito e até consegue alguns avanços, principalmente na área social e dos movimentos populares. Mas esbarra no obstáculo da presunção de brigar com o governo e repete a história, alijando Santana das conquistas necessárias.

Voltamos no tempo, para entender a origem de Santana, sua formação, os primeiros habitantes vindos do Interior do Brasil, através dos rios do Estado. As primeiras ocupações de terra, a chegada do homem branco, que expulsou os índios da região. As primeiras fazendas do Estado, a importância de produtos como a cera da carnaúba, os rebanhos de gado, de ovelhas, de cabra. A riqueza das oiticicas, que provocou temporariamente mudança do nome do município para Licânia, as populações ribeirinhas do rio Acaraú. A religiosidade trazida pelos padres, a padroeira Nossa Senhora Santana, o maior símbolo religioso, motivação da maior festividade local, em julho, quando milhares de pessoas invadem a cidade, estrangulando completamente todos os sistemas de atendimento.

O modelo político-administrativo adotado pelo governo do Estado também é pinçado aqui, bem como vários aspectos da realidade de Santana no início da década de 90 e agora. Um dos quadros que mais me chamou a atenção pela gravidade da situação são informações repassadas pela secretária de educação do município no primeiro governo do médico João Ananias. Ela afirma que a educação carecia de uma estrutura mínima, tanto de funcionários, quanto da parte física, uma vez que não tinha um prédio para abrigar a pasta. E o que é pior, os professores ficavam até seis meses sem receber salário, que aliás, era tão irrisório quanto a importância com que era tratado o setor, antes deste período. A saúde também merece um espaço, bem como aspectos econômicos e sociais.

Nesta parte do trabalho, vimos como as brigas intestinas de Santana atrapalharam seu desenvolvimento. A luta travada entre as facções lideradas pelos Arcanjos e os Vasconcelos nas décadas de 70 e 80 acabou blindando o município, impedindo-o de ter um tratamento melhor por parte dos governos estadual e federal. O gosto pela oposição empurrou Santana para a miséria mais miserável dos 184 município do Estado. No próximo capítulo vamos voltar um pouco no tempo e

conhecer como foi construída a história de Santana. No capítulo I, vamos conhecer a história do município, o povoamento do Ceará, que ocorreu através dos seus rios e a fundação de Santana. No capítulo II, vamos conhecer o modelo político-administrativo que o Estado experimentou a partir da metade da década de 80, com entrada do governo mudancista, uma empreitada liderada pelos ex-governadores Tasso Jereissati e Ciro gomes. Já no capítulo III, montamos um mosaico dos aspectos que a nós nos pareceu ter pesado decisivamente para a construção da atual realidade do município. No capítulo IV, mostramos um raio-X das questões sociais de Santana, como a falta de estrutura da educação até a década de 90 e os baixos índices sociais e econômicos do lugar. Finalmente na Conclusão, mostramos a nossa preocupação com a falta de instrumentos de gestão para cidade e a total falta de planejamento, onde não há nem mesmo um Plano Diretor. Pontuamos ainda algumas saídas para a situação caótica em que Santana se encontra. Na Introdução montamos um pano de fundo para desenhar a realidade que se apresenta atualmente para Santana do Acaraú e as condições em que vive seus habitantes. No próximo capítulo, vamos conhecer a formação do povoamento não só de Santana, mas do Ceará. Como chegaram os primeiros moradores, os fazendeiros, que vinham pelos rios que deságuam aqui.

Capítulo I – O Povoamento e a fundação da cidade

O povoamento do Interior do Ceará se deu através dos rios existentes no Estado. Esse processo ocorria normalmente em todo o Nordeste brasileiro e já havia atingido estados maiores como Bahia e Pernambuco. Eram colonos procurando novos campos para o gado. Assim, não tardariam alcançar o território cearense, através do rio São Francisco, chegando ao rio Jaguaribe e seus afluentes. Eles se juntavam aos fazendeiros já instalados e passavam a integrar à mesma classe social. Nesse processo de ocupação era comum o confronto dos fazendeiros recém-instalados com os índios que se consideravam os proprietários das terras. Para legalizar a posse da terra, o governo fornecia cartas de sesmarias.

As sesmarias, de início, eram pedidas para terras localizadas nas embocaduras dos rios Pacoti, Choró e Piranji, mas depois, em 1680, os pedidos foram mais freqüentes, porque todos queriam se instalar nas margens de outros rios do interior como o Jaguaribe, Acaraú, Aracatiaçu, Camocim e Coreauá, conforme narra o historiador Raimundo Girão no seu Pequena História do Ceará:

“Cada sesmaria, de regra, gerava uma fazenda, onde se formavam pouco a pouco famílias organizadas, fundamentos iniciais da genealogia cearense, e denominadas por chefes de espírito rude e demasiado severo, mas na maior parte, honestos e austeros, futuros ricos proprietários e chefes políticos que, não raro, se entrechocavam nos seus interesses, particularmente os que se referiam às extremas de suas terras e à concessão de novas sesmarias, dando causa a lutas fraticidas e destruidoras”

De acordo com o historiador, o expansionismo do povoamento no Nordeste foi marcado por confrontos entre os ocupantes das terras e os índios, embora a repressão não tivesse o caráter aniquilador. Mas em alguns casos, houve “verdadeiras guerras de extermínios, oficialmente decretadas. Um desses extermínios oficiais ocorreu em 1713, por exemplo, para combater os Paiacus, revoltados contra os moradores da ribeira do rio Acaraú. Ocorrida a ocupação dessas terras ribeirinhas, instalava-se também uma nova forma de vida e de administração das terras. As fazendas de gado multiplicaram-se, rapidamente e em 1780, o Ceará já computava 972 fazendas. A “casa da fazenda” teve a mesma função que a “casa grande”, dos engenhos da zona de açúcar. Era criada, portanto, uma nova estrutura de sociedade de acordo ainda com o historiador Raimundo Girão:

“Dirigia e trabalhava o dono da fazenda e crescia o número de agregados ou moradores, em grande parte, índios mansos que, por fim, constituindo prole, ali ficavam como pessoas de casa, para integrar aquele pequeno mundo, ao qual também se “encostavam” forasteiros, as mais das vezes fugitivos da justiça ou da ação vingativa de parentes de suas vítimas”.

Assim, surge o vaqueiro, um dos símbolos nordestinos, a mais legítima configuração do sertanejo, que foi responsável pela construção da civilização pastoril do Nordeste, o autor Raimundo Girão, sobre essa questão comenta que:

“Toda a vida da fazenda desenvolvia-se em torno da sua própria finalidade: o gado. A lavoura nada mais servia que para atender, simplesmente, às necessidades de quantos nela se ocupavam: dos roçados, na época das chuvas, colhiam-se o feijão, o milho, as abóboras (jerimums) e a mandioca, depois que o cultivo desta foi introduzido; no estio, o celeiro eram as vazantes dos rios, onde se plantavam melancias, melões, feijão ligeiro, batata doce, e não muito mais. Lavoura de subsistência, puramente”.

Neste cenário, surgiu no século XVIII, Santana do Acaraú. Um dos municípios mais antigos e mais pobres do Estado. O município foi criado pela Lei no. 1.012 de 3 de novembro de 1862, tendo como sede a povoação de Santana do Acaraú, então elevada a categoria de Vila, instalada no dia 27 de junho de 1863 que recebeu a categoria de cidade pela Lei no. 1.740 de 30 de agosto de 1876. O Povoamento do Acaraú tinha como centro a fazenda Caiçara, hoje Sobral, quando no final de 1733 chegou o padre Antônio dos Santos Silveira, procedente de Pernambuco, nomeado Cura daquele povoado. Para se instalar na localidade, padre Silveira comprou ao Coronel Sebastião de Sá uma légua de terra denominada Olho d'Água e mais meia légua ao Sargento-Mor Antônio de Barroso e, finalmente, se instala nas terras do Sargento-Mor, que é seu irmão, denominadas de Curral Velho, onde foi construída a cidade de Santana do Acaraú. De posse das terras, o padre volta à Caiçara e solicita licença para erguer no seu sítio uma capela em homenagem a Nossa Senhora Santana do Olho d'Água e Almas. A construção da capela que depois daria nome à cidade teve início no dia 9 de novembro de 1738. Passados 264 dias, fica pronta a igreja, no dia 31 de julho do ano seguinte. O historiador Raimundo Girão resume assim o processo de construção do templo:

“Erguido na solidão, no centro de um círculo de majestosas cercanias a deslumbrar de alvura, como o cisne pousado no meio do lago, tornou-se aquele singelo e santo edifício o ponto de convergência de vistas dos que habitavam a circunvizinhança”.

Com a celebração da primeira missa naquela capela, que viria ser o marco da construção da cidade, a antiga denominação de Curral Velho cedeu lugar à da padroeira da Freguesia, Nossa Senhora Santana. Com o nome de Santana do Acaraú foi criada a vila. Dois decretos respectivamente de 1931 e 1938 deram o nome de Santana do Acaraú. Mas em 1943, outro decreto, o de no. 1.114 de 30 de dezembro, mudou o nome da cidade para Licânia, nome botânico do gênero da família das rosáceas, a que pertence a oiticica. Este nome foi proposto pela própria população de Santana, em função da grande quantidade de oiticicas que haviam nas margens do rio Acaraú. Mas o nome acabou não pegando e a cidade voltou a ser chamada de Santana do Acaraú. As oiticicas a exemplo, do algodão e da carnaúba e, mais tarde o caju, foram responsáveis pela produção agrícola do município, que em tempos de safras boas ajudaram a construir as riquezas das famílias mais abastadas da cidade.

L1 - A importância da carnaúba na formação da economia do município

A exemplo de Sobral, Santana do Acaraú e outras cidades construídas às margens do rio Acaraú, que compõem o Vale Acaraú, foram construídas por famílias que fugidas da guerra com os holandeses dos sertões de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte, aportavam no Ceará. Vinham em busca de minas ou fugindo dos horrores da guerra holandesa que tudo destruíra. Eles foram também responsáveis pelos primeiros rebanhos chegados na região. Dom José Tupinambá narra assim essa aventura, na História de Sobral:

“Pelo que dissemos, gentes que aqui aportavam, já pela via marítima já pelas bandeiras, eram quase todas portuguesas ou nascidas nas capitanias vizinhas, trazendo consigo suas artes, suas indústrias, seus conhecimentos técnicos, sua organização social, religiosa e política, guardando grande respeito à moral e às autoridades civis e eclesiásticas. É justo, porém, afirmar que o sacerdote católico influiu poderosamente para a formação da nossa sociedade, edificando igrejas ou capelas pelo largo do sertão, em geral, às margens dos rios, templos esses que, por ocasião das

festas religiosas atraíam as populações campesinas, tornando-as assim núcleos de população que vieram mais tarde a ser cidades ou vilas”.

Segundo Dom Tupinambá, A raça negra pouco influenciou na formação étnica da região, enquanto que a raça cabocla e indígena apesar de já muito cruzada, forma a maior população, o que torna raro um tipo negro na região.

a) A Carnaúba

Vários escritores e naturalistas fazem referência à carnaúba, a beleza apresentada pelo porte da árvore, segundo o bispo despertava na época como ainda hoje acontece, a atenção de todos. De acordo com o religioso, Manoel de Arruda Câmara avoca para si a primazia de haver anunciado para o mundo a cera que se extrai das folhas da carnaúba, cuja aplicação na indústria aumenta a cada ano. A 26 de novembro de 1809, Manoel de Arruda Câmara escrevia ao governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro sobre as múltiplas utilidades da palmeira nordestina:

“No que respeita à cera de carnaúba, dizia o botânico patricio, devo dizer que fui o primeiro que anunciou este produto no ano de 1796, remetendo este anúncio a um dos editores no Palácio Português, onde foi publicado, mas neste tempo não estava eu tão persuadido como hoje, da grande utilidade que este produto pode dar uso civil e só propus como objeto curioso de química”.

Alguns autores atribuem a Marcos Antônio de Macedo a descoberta da cera de carnaúba. O professor Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, por exemplo, afirma em um relatório apresentado ao diretor do Instituto de Tecnologia do Ministério do Trabalho

“As observações feitas e as idéias sugeridas por Macedo, há mais de um século, visto que lhe coube a glória da descoberta da cera, antes de 1810, podem ser repetidas, em vários pontos, sem alterações, em 1935”.

O governo brasileiro premiou com seis mil francos o inventor da cera de carnaúba, o botânico Antônio de Macêdo. Em 1836, já se extraía a cera de carnaúba, e Macêdo leva para Paris meio quilograma a fim de que o professor e preparador de química da Sorbone, M. Barrouel a

analisasse. Desde as primeiras décadas do século XIX começou o uso das velas de cera de carnaúba nos sertões cearenses e com elas iluminavam-se as famílias.

b) O Gado

A lavoura das canas não podia prosperar sem o gado, que ajudava na construção dos engenhos, que se fazia devagar, principalmente sem uma escravatura, que neles servissem. Esse problema, no entanto, foi resolvido de forma inteligente e precisa pelos governadores-gerais Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mém de Sá. Em 6 de dezembro de 1550, quatro vacas e um novilho foram distribuídos (por um preço médio de dois mil réis): o novilho para Diogo Moniz e as vacas para Antônio de Freitas, seu criado Amador de Aguiar e Garcia D'Avila. As quatro vacas têm um papel importante na história da civilização brasileira. O homem que ficou com duas vacas, Garcia D'Avila, achou nesse momento a sua vocação de criador, apartou-as para as terras que lhe deram em Itapagipe, de olho vigilante, as viu crescer em sua fazenda, tornou-se o maior pastor das cercanias e tronco da família que tangeu rebanhos para o Nordeste.

“As rezes eram indispensáveis aos engenhos. Trouxera aquelas a caravela Galga, com em carta de 18 de julho de 1551, comemorava Tomé de Souza: Este ano passado veio a esta cidade a caravela Galga de Vossa Alteza com gado vacuum, que é a maior nobreza e fartura que pode haver nestas partes, e eu a mandarei tornar a carregar no Cabo Verde do mesmo gado para tornar aqui, que isto era o que lhe a Casa da Índia dava por regimento e a mandei carregar de madeira, porque vale muito no Cabo Verde. Há um ano que é partida daqui e não tenho nova dela”.

Na ribeira do Acaraú, bem como na bacia do Jaguaribe, ocorreu o desenvolvimento rápido da criação do gado vacuum e cavalariço no Ceará. A prova disto é o conteúdo do testamento do Coronel Félix da Cunha Linhares, que viera para a povoação de São José no ano de 1690. O Coronel era possuidor de muitas centenas de cabeças de gado. As cabras vieram do Cabo Verde, segundo afirma Barão de Studart na sua Geografia do Ceará. No início da construção do município as fazendas tiveram uma significativa importância na formação das riquezas das famílias. As fazendas representavam poderio econômico, abastança. Nesse processo a presença do boi era forte na formação da economia, já que o boi em si, ao mesmo tempo, era mercadoria, frete e transporte, ia trocar-se por objetos, panos e escravos nas praças de Pernambuco, da Bahia e até de Minas Gerais. Pelo rio Acaraú transitavam os artigos e mercadorias que saíam ou demandavam os sertões do norte

da capitania. As primeiras fábricas foram levantadas no modesto Porto dos barcos, afastado da barra do rio, cerca de 5 quilômetros da barra do rio, onde no lugar chamado Outra Barra, na época se instalaram outras, fundando o povoado que cresceu com o nome de Oficinas, hoje a cidade do Acaraú. A vasta produção do Vale Acaraú promovia um trânsito intenso entre Sobral e Acaraú. O meio de transporte que escoava tudo que era produzido nas cidades do Vale era o carro de boi. Cerca de 900 carros de boi trafegavam continuamente nos meses do verão.

c) O dinheiro

O dinheiro circulava com escassez, porque ainda perdurava o regime de escambos, mercadorias por mercadorias e pagamento, em gêneros, dos serviços e salários. Os impostos, contudo, eram recolhidos em espécie. As boiadas vendidas para as Capitânicas vizinhas voltavam mudadas em panos e armarinhos de procedência portuguesa, e também em escravos, o mesmo acontecendo com o comércio.

Vimos que Santana foi criada no século XVIII, sob forte influência da igreja. Sua economia sempre voltada para a agricultura e agropecuária e a importância de produtos como algodão, a carnaúba e o gado.

Capítulo II – Modelo político-administrativo do Estado no período da Mudança

Nos últimos 16 anos, o Ceará experimentou um modelo político-administrativo implantado por um grupo de empresários oriundos do CIC, que assumiu o poder na metade da década de 80. Esse grupo tem como principais expoentes os ex-governadores Tasso Ribeiro Jereissati e Ciro Ferreira Gomes. O primeiro, governou o Estado durante 12 anos, entre 1987 e 1990, 1994 e 1998 e entre 1998 e 2002. Ciro Ferreira Gomes governou entre 1990 e 1994. Nesse período o Ceará teve uma experiência diferente de todas as outras vividas em sua história. A Era Tassista foi marcada pela redução do tamanho do Estado e a criação de uma infra-estrutura para o desenvolvimento apregoado pelos dirigentes máximos.

O primeiro governo se preocupou em fazer um ajuste fiscal e reestruturar as finanças públicas, o segundo, teve sua marca principal na construção até, certo ponto, questionada, do canal do trabalhador, uma obra construída a toque de caixa para reduzir os efeitos da seca no Estado, principalmente na Região Metropolitana, que sofria problemas de abastecimento de água no início da década de 90. No terceiro governo e segundo de Tasso, as atenções estavam voltadas para o setor de turismo, quando foram realizadas grandes obras de infra-estrutura para a alavancagem do desenvolvimento por esse viés. Nesse período, o Estado recebeu indústrias, estradas novas, foram rasgadas no litoral a fim de levar de maneira rápida e confortável os milhares de turistas que visitam o Ceará anualmente. Sendo este um dos vetores de desenvolvimento priorizado pelo governo, principalmente no segundo mandato de Jereissati. Foi construído um novo e moderno aeroporto, bem como o Complexo Portuário do Pecém, que iria abrigar indústrias pesadas como uma refinaria, uma siderúrgica, A construção do Metrofor também faz parte do projeto de criação da infra-estrutura para o desenvolvimento do Estado. O complexo seria o fecho do grande projeto industrial do Ceará moderno. O Porto foi construído para fazer escoar a nossa produção industrial e agrícola. Mas até agora ainda não funciona na sua plenitude. A siderúrgica, a refinaria, o Metrofor ainda se arrastam. A Barragem do Castanhão inaugurada no final do ano passado, porém já é uma realidade. Uma das principais obras do projeto Caminho das Águas, o Castanhão é, no entanto, uma idéia mais antiga que o período mudancista.

No interior, foram desenvolvidos Projetos de Irrigação como o do Baixo Acaraú, de Nova Russas, e construído o Castanhão uma obra prometida aos cearenses, a mais de cem anos, que além de servir para amenizar a questão do abastecimento de água da Região Metropolitana, serviria também para abastecer projetos de irrigação nos arredores da região onde foi construído, em Jaguaribara, na Região Sul do Estado. Com a boa imagem construída do Ceará em nível nacional e internacional, ficava mais fácil para o governo local trazer investimentos para o Estado. Esses recursos chegaram em forma de empréstimos contraídos a instituições como o Banco Mundial e o

Banco Interamericano de Desenvolvimento, além das indústrias que se instalavam no Estado, em troca de incentivos fiscais. Um exemplo expressivo da boa imagem gozada pelo Estado lá fora é um estudo do Banco Mundial de 23 de junho de 1999. O documento “Redução da Pobreza, Crescimento Econômico e Equilíbrio Fiscal no Estado do Ceará”, aponta que na década de 90, o Ceará surgiu como um modelo de bom desempenho econômico e fiscal e boa administração pública entre os estados do Nordeste do Brasil. O relatório faz um raio-X das políticas destinadas a promover o desenvolvimento econômico, redução da pobreza e estabilidade fiscal aplicadas pelo governo e a avalia o desempenho resultante. Segundo o documento, o Ceará tem aplicado a seguinte combinação de políticas:

“a) boa administração pública e modernização do Estado, com ênfase numa gestão fiscal adequada; b) significativa promoção industrial, em particular mediante programas de incentivo fiscal; e c) aumento do investimento público em áreas tais como infra-estrutura de transporte, recursos hídricos e educação. Recentemente, tem-se atribuído à melhoria da micro-economia, por exemplo, mediante colaboração com o setor privado na formação de conglomerados industriais”.

O estudo do Banco Mundial destaca ainda a taxa média anual de crescimento do PIB de 5,8% no período de 1970-1997, “o Ceará cresceu um pouco mais que o país e mais que o Nordeste, enquanto sua população cresceu à taxa nacional”. De acordo com o documento, o Ceará adquiriu a reputação de um Estado que, pelos padrões brasileiros, é fiscalmente sólido e bem governado. Essa reputação transformou-se para o estado um ativo que vale a pena preservar e num grande atrativo para as empresas em busca de local para investimentos no Nordeste. Mas o documento aponta também que a pobreza continua grave e profunda no Estado, embora tenha diminuído bastante nos últimos 20 anos. Há a indicação de que o setor agrícola, sujeito a secas e quase a erradicação de seu principal produto, o algodão, devido a uma praga, estagnou-se na última década. Assim, a parcela da agricultura na economia, que diminuiu para 5,7%, é excepcionalmente baixa para o nível de desenvolvimento do Estado. Os produtos do Ceará são destinados principalmente ao mercado do Nordeste e nacional, em detrimento do mercado internacional. O PIB per capita é de US\$ 1.701, em comparação com a média de US\$ 2.077, no Nordeste e US\$ 3.262 no país. Sobre a pobreza, o Banco Mundial afirma que:

“Utilizando uma linha de pobreza de cerca de R\$ 65 por mês per capita, a taxa de pobreza no Estado é de 49%, em comparação com 23% no Brasil, 9% no Sudeste e 48% no Nordeste. As taxas de pobreza são mais baixas em Fortaleza (20%), seguida de cidades com mais de 100.000 habitantes (31%), periferia da Área Metropolitana de Fortaleza (42%), cidades médias (48%), cidades pequenas (51%) e, finalmente áreas rurais (77%); 56% de todos os pobres vivem em áreas rurais, 17% em cidades de até 20.000 habitantes, 10% em cidades médias e grandes e 19% na Área metropolitana de Fortaleza. A pobreza está fortemente correlacionada com os níveis baixos de educação, não-migração, atividade agrícola e desemprego, emprego informal ou trabalho autônomo. Outros indicadores de bem-estar, tais como a mortalidade infantil, também mostram a escala dos desafios sociais”.

Para espelhar este quadro da pobreza no Ceará, observamos um estudo Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado em forma de matéria jornalística na edição de 22 de abril, de 2000, do jornal O POVO, de Fortaleza. De acordo com a matéria, o Ceará passou do quarto para o terceiro lugar entre os estados que mais concentram renda no País, no período de 1992 a 1999. O levantamento do IBGE indica que apenas 3,7% das pessoas que trabalham no Estado ganham acima de cinco salários mínimos, naquela data equivalentes a R\$ 900, mas que em 1992, correspondiam a R\$ 755, enquanto 70% recebem, no máximo, um salário mínimo. A média de rendimento mensal per capita no Estado é de R\$ 293,60, 44% menos que a média nacional, que é de R\$ 525,10, e 6,7% menor que a média do Nordeste, R\$ 314,70. Em relação ao levantamento divulgado pelo IBGE, no ano de 2000, com dados de 1998, foi constatada uma queda na parcela de pessoas nesta faixa salarial, de 3,9% para 3,7%. Comparando a 1992, porém, o resultado de quase dez anos depois é menos grave, já que no início da década apenas 1,6% dos cearenses se encontravam nesta faixa salarial, ante 78,9% que sobreviviam com um salário mínimo.

O período Tassista foi rico também em críticas ao modelo administrativo utilizado pela nova classe dominante. Em artigo publicado na edição de 27 de janeiro de 2002, no jornal O POVO, o professor de economia do Caen/UFC e Pós-Doutorando em Desenvolvimento Econômico, na Kennedy School, Harvard University, Flávio Ataliba Barreto, comenta um artigo de outro economista, o Marcelo Neri da FGV/RJ, sobre a posição do Ceará no “Mapa da Fome no Brasil”. “Nossos péssimos indicadores sociais nos assustam ainda mais quando sabemos que o Brasil apresenta uma das maiores desigualdades de renda do planeta”, diz Ataliba. O economista cearense

explica que as razões levaram a esse nível de desigualdades estão ligadas às as raízes históricas, bem como as políticas econômicas implementadas pelos governos passados, tanto em nível de Brasil, quanto de Estado. Ele assegura que:

Nos últimos 15 anos, o Ceará tem sido um exemplo clássico desse aparente dilema uma vez que, com um dos piores indicadores sociais do Brasil, apresentou entre 1986 e 1999 uma das maiores taxas de crescimento do país. As isenções fiscais e os subsídios na área industrial vêm sendo um dos principais instrumentos utilizados para garantir, mesmo que de forma artificial, uma maior dinâmica à nossa economia. Devido à competição das outras unidades da federação e na ausência ainda de alguns atrativos, o governo se vê obrigado a lançar mão desses instrumentos para atrair capitais produtivos de fora para dentro do Estado. É bastante provável que se o governo cancelasse tais políticas, ter-se-ia uma redução de renda e do emprego num primeiro momento, mas que poderia ser revertido no futuro.

Ataliba tenta ensinar no seu artigo, as políticas de desenvolvimento que buscam a justiça social no longo prazo devem ter como alvo principal o homem. “Uma sociedade desigual é aquela que possui muitos indivíduos com características que os tornam desiguais, o que reflete naturalmente na renda de cada um. A desigualdade entre as regiões ou estados brasileiros é na verdade um fenômeno microeconômico explicado pela diferença entre pessoas. Políticas de desenvolvimento que tentam atuar simplesmente na geração de riqueza dentro de um determinado espaço físico negligenciando o indivíduo, podem não ser competentes para resolver o problema da justiça social, pois gerar riqueza numa região não é a mesma coisa que gerar riqueza para um indivíduo que mora nessa região. O espaço físico não pode ser mais importante que o ser humano”, defende o professor Ataliba. Na verdade, ele defende que haja maior investimento na formação do ser humano. A justificativa desse raciocínio aparece no trecho:

“Desse modo, é importante que o governo procure se desvencilhar da armadilha dos subsídios e isenções fiscais concentrando-se esforços em atividades nas quais o Estado tem vocação natural e capacidade de competição independentemente destes pertencerem à agricultura, indústria ou serviços. Os agropólos são um exemplo claro de política correta de desenvolvimento que procura visualizar empreendimentos a partir de vocações naturais e da disponibilidade de mercados externos. Quanto ao

setor de serviços, é inaceitável, por exemplo, o turismo não ter o tratamento que merece. Ai reside grande parte de nossa vocação tanto no litoral como em algumas regiões do Estado. Paralelamente a essa estratégia, a educação deve assumir um caráter de prioridade máxima”.

Em primeiro de janeiro deste ano, tomou posse o novo governador eleito Lúcio Alcântara com o apoio da corrente política que dominou o cenário político no Ceará nos últimos 16 anos. Mas Lúcio Alcântara vem afirmando desde a campanha, que governará o Ceará com o seu estilo, que é diferente, segundo ele, do estilo de Tasso Jereissati. De todo jeito, ele tem a responsabilidade de dar um novo perfil ao Estado, mais voltado para a área social, para a questão da descentralização de renda e geração de oportunidades para todos. Lúcio Alcântara já vem dando mostras de novos ares de mudança com a formação do Comitê da Cidadania, um espaço, de discussão e trabalhos, que reúne representantes dos mais variados segmentos da sociedade. Na campanha eleitoral, esse espaço, que teve a coordenação da socióloga Celeste Cordeiro, foi responsável pela elaboração dos eixos que vão nortear o programa de governo. No final do ano passado, o grupo apresentou o resultado dos trabalhos, uma espécie de modelo de administração a ser adotada pelo novo governo.

Neste capítulo, vimos o processo desenvolvimentista do Estado, implantado pelo grupo gerado no Centro Industrial do Ceará, na década de 80, liderado pelo empresário Tasso Jereissati. Este processo pouco beneficiou municípios longínquos como Santana, que não viu chegar nenhuma indústria das centenas que se instalaram no Estado durante o período mudancista (1987/2002). No próximo capítulo veremos um caleidoscópio de fatores que pesaram na construção do atual cenário em que se encontra o município.

Capítulo III – Aspectos que contribuíram para a construção da atual realidade do município

Lançar olhares sobre Santana do Acaraú não é uma tarefa simples porque, para começar, os dados relativos ao município são escassos e díspares, o que dificulta uma análise mais acurada. Principalmente por não se poder examinar pontos isolados, já que para se fazer a análise de um lugar, levam-se em conta vários fatores e vetores. Entre eles, os elementos históricos, políticos, culturais, que compõem a identidade de um povo, de uma comunidade, e que podem levar ao seu desenvolvimento, o alcance do bem estar social. Alguns aspectos que vamos examinar aqui: históricos, formação do povo, orientação político-administrativa praticada pelo governo do Estado, elementos culturais, que vão permitir se chegar a um olhar sobre a atual realidade vivida pelo município. O trabalho está centrado principalmente nas duas últimas décadas. E um dos aspectos que, certamente, pesou para a estagnação econômica foi a questão da relação político-administrativa e até ideológica neste período, com o governo estadual e federal, sempre muito emperrada.

III.1 - Gosto pela oposição

Nos últimos 20 anos, o município de Santana do Acaraú caracterizou-se por uma oposição ferrenha ao governo, em que pese, ter passado no mesmo período por duas experiências distintas político-administrativas. Nas décadas de 70 e 80, o município esteve sob o controle do maior partido de oposição ao regime militar, o MDB e depois PMDB, que por sua vez era liderado em Santana pelo advogado Francisco das Chagas Vasconcelos, popularmente conhecido como o Doutor Nenen, dono de uma retórica convincente e um carisma inegável. Era comum, o vibrante jovem político bradar para seus conterrâneos, ao mesmo tempo em usava um gesto de resistência: batia no peito e dizia que Santana não precisava do governo.

O gesto exercia uma espécie de autoconfiança no povo, que se sentia forte com aquela atitude, típica das bravatas dos políticos caudilhos. Na década de setenta, Santana vivia basicamente da agricultura de subsistência, mas mesmo assim, contribuía com 0,24% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea). Era o tempo do algodão, do caju e da oiticica, produzidas em abundância pelo Município.

A partir da década de 90, Santana conhece outro modelo político-administrativo. Assume o poder local uma corrente política considerada de esquerda, mas que com a sua continuidade, acabou não produzindo resultados muito diferentes dos da corrente política anterior. Entra o pequeno PSB, através do médico sanitarista João Ananias – eleito prefeito em 1992 -, cujo perfil se caracterizou por uma oposição sistemática ao PMDB local e aos governos estadual e federal. Inspirado no

modelo socialista implantado pela esquerda brasileira em alguns municípios, nos anos 80 e 90, o PSB tentou implantar um socialismo “cabeça chata”. A mobilização popular teve sua expressão máxima personalizada no Conselhão, um conselho com representantes de mais de 40 comunidades do município que se reunia a cada final de mês para avaliar as políticas administrativas da Prefeitura e oferecer ao prefeito novas demandas administrativas.

Tanto no campo da organização da sociedade quanto nas próprias conquistas obtidas na saúde e educação, ainda encontram-se aquém do necessário para melhorar as condições de vida da população. Estes mesmos setores ainda apresentam sérias dificuldades. A economia do município que antes era sustentada por uma agricultura de subsistência apresentou uma queda significativa. Nem mesmo a experiência dos assentamentos trouxe a terra para todos e outras experiências de cooperativas produtoras foram abandonadas com as máquinas.

III.2 - Aumento da pobreza

Dados do Ipea indicam que em 1970, a participação de Santana no PIB estadual era de 0,24%. Em 1985 ocorre uma queda de 45,22%, quando o município passa a contribuir com apenas 0,13% do PIB do Ceará. Em 1996, ocorre outra queda, de 4,84%, acentuando ainda mais a redução na participação do PIB, que agora é de apenas 0,12%, totalizando uma redução de 50% na participação do PIB estadual. A partir da segunda metade da década de 80, o Ceará passa a vivenciar o período tassistista, com o início do governo mudancista, que toma a administração do Estado das mãos dos “coronéis”. A expressão “coronéis” foi criada para denominar o período em que o Estado foi administrado pelo governo dos coronéis do Exército César Cals de Oliveira, Virgílio Fernandes Távora e Adalto Bezerra e seu irmão Humberto Bezerra (vice). A era Tassistista é o período apregoado pelos jovens empresários formados no Centro Industrial do Ceará (CIC), liderados por Tasso Jereissati, como o período desenvolvimentista do Estado. O Ceará passa a viver uma nova mentalidade administrativa. Assume o poder uma geração de empresários que leva para o setor público, a experiência do setor privado. Preocupados em reduzir o tamanho do Estado, eles promovem um realinhamento da política administrativa, promovendo uma revolução no modelo administrativo. Enxugam a máquina administrativa, promovem uma reforma no modelo de governo, reduzindo a estrutura administrativa e impulsionando as políticas de captação de recursos, principalmente externos, como a atração de indústrias de todos os setores para o Estado, que passa a figurar na mídia nacional como o eldorado brasileiro.

Eleito governador em 1986 pelo PMDB, Tasso Jereissati ajuda a fundar o PSDB, no final da década de 80, juntamente com o então senador Fernando Henrique Cardoso. Com o intuito de introduzir o sistema neo-liberal na administração brasileira. Sob o argumento de reduzir o tamanho

do estado para torná-lo mais ágil e eficiente, os peessedebistas foram chamados de tucanos, por ter a ave tucana como símbolo do partido. O tucano é um pássaro genuinamente brasileiro e o grupo de fundadores do partido queria dar uma cononatação nacionalista à nova agremiação partidária.

A era Tassista trouxe mais de trezentas indústrias para o Estado, mas a maioria delas foi instalada em municípios da Região Metropolitana, em detrimento das cidades do Interior do Estado. Os dados são noticiados constantemente pela imprensa cearense, quando fala da industrialização do Estado. Mesmo assim, neste período, alguns municípios vizinhos de Santana do Acaraú, como Marco e Sobral alcançaram ganhos significativos. Sobral passou a sediar um grupo forte de indústria, principalmente de calçados tendo na Grendene o carro chefe deste setor. Marco se transformou no maior Polo Moveleiro do Estado e, juntamente com os seus vizinhos Bela Cruz e Acaraú, o Estado desenvolve um dos projetos agrícola mais importantes da era Tasso, o Projeto de Irrigação Baixo Acaraú, que compreende 7.776 hectares para cultivos irrigados.

O projeto Baixo Acaraú marca o início de uma política de fruticultura irrigada implantada pelo governo do Estado com o apoio do governo federal, através do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), a partir do ano 2000. Já começa a render os primeiros frutos. A produção está sendo exportada para Estados Unidos e Europa. Neste ponto, o Estado acerta na iniciativa, segundo argumentação defendida pelo professor do CAEN, Flávio Ataliba Barreto, no artigo “Eficiência econômica com justiça social?”, publicado na edição do jornal O POVO, do dia 27 de janeiro de 2002. Ele afirma que “os agropólos são exemplo claro de uma política correta de desenvolvimento que procura visualizar empreendimentos a partir das vocações naturais e das disponibilidades de mercados externos”.

Neste capítulo, vimos que o gosto pela oposição dos seus governantes relegou Santana sempre ao, digamos assim, último plano, no que tange a beneficiamento de programas de governos nos níveis estadual e federal. Isso fez com que o município tivesse uma queda de quase 50% do seu PIB entre a década de 70 e 90, tornando-o ainda mais pobre. No próximo capítulo, vamos ver o que esse gosto pela oposição resultou para a sua população.

Capítulo IV – Do Modelo Gerencial à Nova Realidade Municipal

IV.1 – Principais Questões Políticas e Administrativas

a) Representação Política

Em 1990 o município tinha um colégio eleitoral de 17.399 pessoas votantes, número este que lhe rendeu a 52ª posição geral em relação aos outros municípios. Em 2000, esse número subiu para 20.830 eleitores, sendo 50,86% deles pertencentes ao sexo masculino e 49% ao sexo feminino. O maior contingente eleitoral, 46,80%, não lê, nem escreve, segundo o IBGE, enquanto que a segunda maior faixa, 24,17%, não completou o primeiro grau. A população de Santana em 1996 era de 25.513 habitantes, passando para 27.454, em 1999, sendo a maioria assentada na zona rural, 58,53%. A população está distribuída em oito distritos, contando com a sede, onde está concentrada a maioria dos habitantes. Os outros distritos são: Mutambeiras, Parapuí, João Cordeiro, Sapó, Baía, Baixa Fria e Barro Preto. O município está localizado na 6ª Região Administrativa e pertence a Microrregião de Sobral.

b) Administração Concentrada

No período em que foi administrada pelo médico sanitarista João Ananias Santana do Acaraú vivenciou uma experiência bastante positiva na área do cooperativismo, com a mobilização das comunidades, que se reunia mensalmente no Grande Conselho. Mas essa experiência parece não ter tido incentivo ou mesmo prosperado, já que no âmbito da própria administração, muitos pressupostos da participação popular ainda não funcionam regularmente ou de forma ordenada. Vários conselhos, por exemplo, embora tenham sido criados e até regulamentados, na prática eles não funcionam. É o caso do Conselho de Educação. Ele existe apenas regulamentado, mas não funciona na prática, de acordo com informações do IBGE, em suas Pesquisa de Informações Básicas Municipais. O Conselho de Saúde é outro exemplo, em como o Conselho de Assistência Social e o de Direitos da Criança e Adolescentes e do Emprego. Assim, eles não administram os respectivos fundos destinados a estas pastas. Na verdade, o modelo administrativo continua extremamente concentrado, o que contradiz com a postura defendida pelo socialismo implantado por Ananias.

c) A falta de Instrumentos de Planejamento e de Gestão Pública

É de provocar espanto o fato de nunca ter havido nenhum estímulo ao turismo. A festa de Nossa Senhora Santana, a padroeira do município, que reúne milhares e milhares de pessoas todos os anos, no período dos festejos, entre 16 e 26 de julho, poderia, sem dúvida ser um carro chefe do turismo religioso. A própria localização da cidade, a proximidade com outros centros urbanos da Região como Sobral, e Itapipoca deixa Santana num grande corredor rodoviário. Mas isso nunca foi explorado de forma positiva, que pudesse atrair mais pessoas para a cidade. A ausência de hotéis, pousadas, bares, restaurantes, é outro ponto de dificuldade para quem quer usufruir do local. A falta de uma política urbana pode explicar o desinteresse dos administradores por estes equipamentos que poderiam muito bem transformar a realidade econômica de Santana. Embora esteja previsto na Lei Orgânica do Município, até hoje não foi sequer regulamentado um Plano Diretor para a cidade. Isto mostra bem a falta de instrumento de planejamento municipal. Não há Plano de Governo, aliás, o atual prefeito, não tem a menor cerimônia de dizer em reuniões com a comunidade que foi eleito, em 2000, sem um Plano de Governo, o que é no mínimo lamentável, tanto do ponto de vista de incerteza apresentado pelo futuro governante, na época, quanto da população em não cobrar este requisito mínimo. Aí também uma pequena amostra do grau de mobilização e criticidade da população de Santana. Não há também um Plano Estratégico, não existem também: Lei de Perímetro Urbano, Lei de Parcelamento do Solo, Lei de Zoneamento, Legislação sobre Áreas de Interesse Especial, Legislação sobre Áreas de Interesse Social, Código de Obras. Não há Comissão de Defesa do Consumidor, Juizado de Pequenas Causas, Guarda Municipal e Delegacia de Mulheres.

Neste capítulo, vimos, através de tabelas, gráficos e textos, que o resultado provocado pelo gosto demasiado pela oposição levou Santana a ocupar sempre os últimos lugares no ranking do Estado. Os índices econômicos e sociais comprovam que a opção tomada pelos governantes de Santana nas últimas três décadas, pelo menos, não foi o mais acertado. Na Conclusão, elencamos alguns vetores capazes de tornar Santana menos cruel para seu povo. A criação de mecanismos capazes de determinar um planejamento adequado, explorando principalmente as potencialidades econômicas, culturais e sociais poderá levar Santana a atingir um patamar de qualidade de vida mais aceitável para seu povo.

IV.2 – Principais Questões Sociais

Alguns teóricos consideram que os indicadores nas áreas da saúde e educação desempenham papel fundamental no processo de desenvolvimento dos povos. Quando olhamos a situação de Santana do Acaraú, no período que antecedeu a década 90, podemos constatar esta tese. No caso, da forma mais perversa. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), página 23 do livro Introdução – 5^a a 8^a séries - afirmam que o quadro educacional brasileiro é ainda bastante insatisfatório. “Alguns indicadores quantitativos e qualitativos mostram o longo caminho a percorrer em busca da equidade. Comparações com outros países em estágio equivalente de desenvolvimento colocam o Brasil em desvantagem na área da educação”. Os dados revelam desigualdades regionais, baixos aproveitamento escolar, defasagem idade/série, índices de evasão e repetência. Esses resultados são frutos do processo de extrema concentração de renda e de níveis elevados de pobreza ainda existentes no país.

Um quadro comparativo, da situação do município, apresentado pela professora Ana Sylvania Gomes, secretária de educação do município, na primeira administração João Ananias, dá bem essa dimensão.

a) Como era a Educação em Santana antes de 1989

- o pagamento dos funcionários era de seis em seis meses no mínimo, e somente para algumas pessoas escolhidas pela cara
- não havia contracheques
- o salário era uma vergonha, o equivalente a R\$ 10,00 hoje
- não existia Secretaria de Educação, era apenas um órgão
- havia somente 12 grupos escolares espalhados em todo o município sem nenhuma infraestrutura
- havia 115 escolas isoladas que funcionavam na casa do professor sem a mínima condição de aprendizagem
- havia 155 professores leigos que não tinham sequer a 4^a série completa
- não havia concurso público
- os professores não recebiam treinamento e nenhum acompanhamento pedagógico
- os alunos não recebiam material escolar
- não havia um programa de alfabetização de adultos
- não existia um plano municipal de educação
- o aluno não era visto com um cidadão

b) Como está a Educação hoje (1989 A 2000)

- hoje existe uma Secretaria de Educação totalmente equipada, inclusive com 02 computadores
- temos 80 escolas municipais e apenas duas são isoladas por não ter um local próximo para alugarmos
- somente 10 professores em ativa não concluíram ainda o 2º grau
- temos 7.209 alunos matriculados no Ensino Fundamental
- realizamos três concursos públicos municipais
- temos 245 professores concursados lecionando no Ensino Fundamental
- todos os alunos recebem material escolar
- todos os professores recebem material de apoio
- há o acompanhamento pedagógico sistemático, realizado por 05 agentes pedagógicos em toda a zona rural
- a educação de jovens e adultos é assistida através do núcleo de estudos supletivo professora Maria Irismar Fonteles
- a Secretaria paga 50% da mensalidade dos 88 professores que estão no curso de pedagogia em regime especial da UVA
- os 10 professores que não concluíram ainda o 2º grau, recebem uma ajuda de custo para cursarem o supletivo na sede do município
- temos 5 salas do programa tempo de avançar sendo que duas é na zona rural (uma na localidade de Salgadinho e outra na localidade de Pau Branco) e três no colégio João cordeiro
- há transporte para todos os alunos que precisam se deslocarem para a sede do município
- temos 22 núcleos de alfabetização de adultos, sendo que 10 é através do programa alfabetização solidária e 12 mantidos pela prefeitura
- já alfabetizamos nesses dois últimos anos cerca de 1500 adultos
- os alunos participam dos seguintes cursos: curso de computação, educação ambiental, curso de liderança, curso de reciclagem de papel, curso de arte cênica, curso de gerenciamento, confecção de bonecos e brinquedos infantis.
- realização de feiras de ciências e cultura das escolas municipais
- pagamento de todos os funcionários em dia
- salário dos professores é um dos melhores nessa região
- colégio João Cordeiro reformado: mudança do teto em dois blocos retirando a telha de amianto para colocar telha de cerâmica
- inauguração da biblioteca pública municipal José Alcides Pinto

- ensino fundamental II em várias localidades da zona rural como: Canafistula (5ª a 8ª série), Pistola (5ª a 8ª série), Cacimbas (5ª série) Tabuleiro do Gado (5ª a 8ª série), Mutambeiras (5ª a 8ª série), Murici (5ª a 8ª série), Peba (5ª e 6ª série), Dourado (5ª a 7ª série), Croatá (5ª série), Sapó de cima (5ª a 8ª série), Tabuleiro Alto (5ª série), Parapuí (5ª a 8ª série), Morro dos Rochas (5ª série), Santa Rita (5ª e 6ª série), Barro Preto (5ª a 7ª série), Barreiras (5ª série), Ingá (7ª série), Águas Belas (5ª a 8ª série), São Francisco (5ª e 6ª série), Poço Salgado (6ª série), Conceição II (5ª série), Ladeira Vermelha (5ª a 7ª série), Baixa Fria (5ª a 7ª série), Peixe (5ª série), Fazendinha (5ª e 6ª série).
- do remanescente dn Fundef no final do ano a secretaria paga abono aos professores municipais.
- estamos desenvolvendo um projeto de educação ambiental com a Econorte
- mantemos convênio com a UVA e o MEB
- está sendo oferecido aos professores municipais um curso de formação política
- colabora com o programa estudante cidadão que objetiva oferecer outras alternativas para os adolescentes e jovens que estão na ociosidade nas ruas
- incentiva e apoia o esporte amador
- incentiva e apoia as manifestações culturais como: cantores populares, teatro, literatura de cordel, teatro de bonecos.

d) Taxa de analfabetismo (1) E (2)¹

A taxa de analfabetismo do município de Santana do Acaraú no início dns anos 90 era superior a do Estado do Ceará. Santana está entre os municípios que integram o grupo 1, os que têm a taxa maior. A taxa de Santana, uma das mais altas do Ceará, é de 52,2%, contra 37,4% do Estado, ocupando assim, o 67º lugar no ranking geral.

¹ Taxa de analfabetismo da de 15 anos e mais

e) Taxa de escolarização real, no Ensino 1º Grau (1)²

O município de Santana do Acaraú em 1991 integrava o Grupo 2, em taxa de escolarização, ou seja, das cidades com a taxa de escolarização menor que a do Estado. A taxa de Santana era de 61,3%, o que colocava o município no ranking geral, no 126º lugar.

f) Mudanças na Educação

Algumas considerações devem ser feitas aqui para reforçar a alteração deste quadro. Se antes dos anos 90, sequer havia uma secretaria de educação, não só um prédio, mas uma filosofia de metodologia de ensino e uma estrutura capaz de fazer esse ensino ser disseminado, o que bem mostra a visão do modelo político-administrativo adotado pelos governantes do município e do próprio Estado, que deixavam esse completo estado de abandono do ensino se perpetuar. “Agora existe uma secretaria com estrutura e dois computadores”, diz a secretária em seu pequeno relatório. Valem ser ressaltados ainda alguns aspectos como o pagamento em dia, a retirada das escolas das casas, a construção de vários grupos escolares, a implementação de política de capacitação e qualificação para professores, enfim, a evolução foi significativa (ver tabelas 1, 2 e 3). Apesar de todo o esforço desses profissionais da educação na adoção de uma nova política de ensino em Santana, que sem dúvida, deve ser ressaltada aqui, ela ainda está longe de atingir os padrões ideais, para que a sociedade de Santana atinja o seu desenvolvimento. O próprio PCN constata que o sistema de ensino brasileiro alcançou avanços importantes e Santana se inclui neste estágio, na busca da superação do atraso educacional. Em termos gerais houve uma queda da taxa de analfabetismo, aumento expressivo do número de matrículas em todos os níveis de ensino e crescimento sistemático das taxas de escolaridade média da população.

² A taxa de escolarização real é a relação entre o número de matriculados e a população do mesmo grupo etário.

² Taxa de analfabetismo – relação entre o número de analfabetos e o total das pessoas do mesmo grupo etário. Considera-se analfabeta a pessoa que não é capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples².

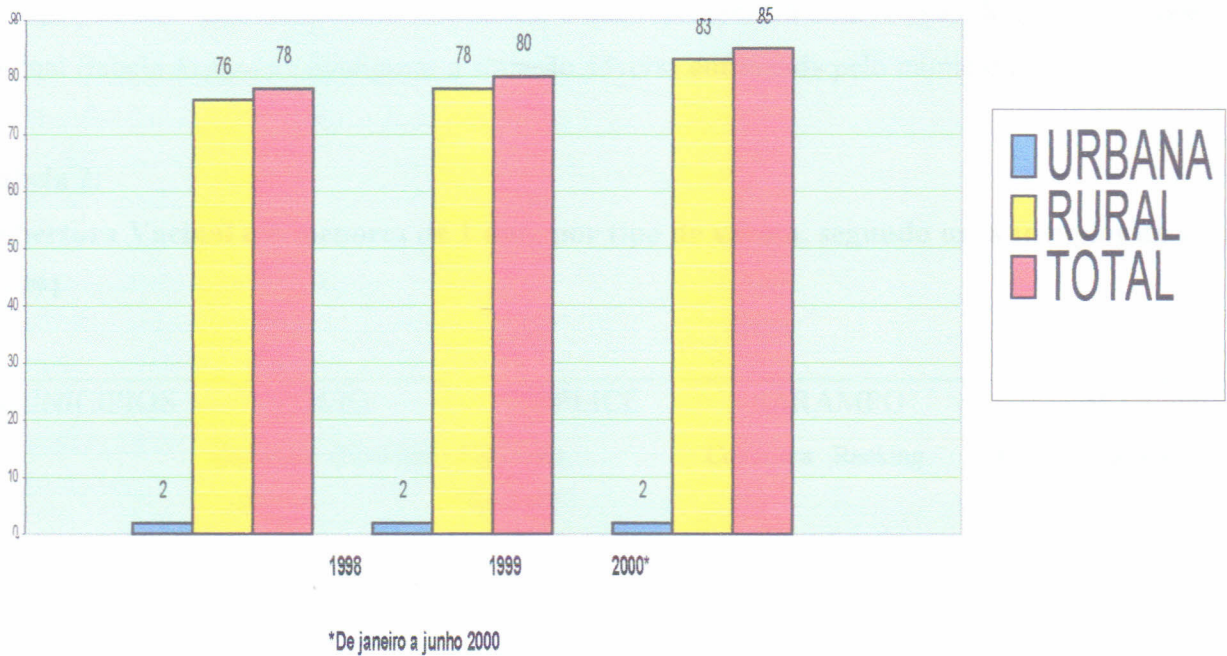
Tabela 1:

Escolas Municipais Por Zac`S com anos selecionados

ZAC`S	1998			1999			2000		
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
ZONA 01	2	4	6	2	4	6	2	6	8
ZONA 02	-	4	4	-	4	4	-	5	5
ZONA 03	-	5	5	-	5	5	-	5	5
ZONA 04	-	7	7	-	7	7	-	7	7
ZONA 05	-	6	6	-	7	7	-	7	7
ZONA 06	-	9	9	-	9	9	-	10	10
ZONA 07	-	13	13	-	14	14	-	14	14
ZONA 08	-	8	8	-	9	9	-	9	9
ZONA 09	-	9	9	-	8	8	-	9	9
ZONA 10	-	11	11	-	11	11	-	11	11
TOTAL	2	76	78	2	78	80	2	83	85

Fonte: UNIDADE DE INFORMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

Gráfico 1:

Número de Escolas**Taxa de mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos (2) E (3)**

Se o quadro apresentado na área da educação não é nada favorável, na área de saúde, a situação não é muito diferente. De acordo com dados do Iplance, em 1991 para cada 1.000 recém-nascidos 71 morriam, o que colocava Santana do Acaraú no “ranking” dos municípios em 56º lugar. Existiam 16 unidades de saúde, no início da década de 1990, no município, ou seja, 0,73% para cada 1.000 habitantes, o que colocava o município na 51ª posição no “ranking”, enquanto que nesta mesma época, década de 90, o número de leitos era de 49, o que representava 0,22% para cada 100 habitantes. Neste item, a posição do município no “ranking” era a 61ª.

1- Taxa de mortalidade infantil entre as famílias acompanhadas por programas de agentes de saúde para (174 municípios)

2 - Taxa de mortalidade infantil é a relação entre o número de óbitos em menos de um ano e os nascidos incluídos os leitos em Maternidade e Santa Casa, Policlínica, Casa de Repouso, Sociedade Hospitalar, Unidade de Saúde, etc.

g) Médicos p/ 1.000 habitantes

No início dos anos 90, Santana do Acaraú dispunha de apenas 3 médicos – somente do serviço público - para cada 1.000 habitantes, o que representava uma relação de 0,14%. A cobertura vacinal (tabela 4) ajuda a configurar a situação adversa enfrentada pelo município, na saúde.

Tabela 2:

Cobertura Vacinal em menores de 1 ano, por tipo de vacina, segundo os municípios do Ceará – 1991

MUNICÍPIOS	PÓLIO		TRÍPLICE		SARAMPO		BCG	
	Cobertura (Ranking) (1)		Cobertura "Ranking" (1)		Cobertura (1)	Ranking	Cobertura (1)	Ranking
Santana do Acaraú	3,79	1	2,01	7	3,01	5	3,37	7

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado (SESA)

Elaboração: IPLANCE

(1) Cobertura Vacinal = Número de vacinas aplicadas em menores de 1 ano dividido pela população na mesma faixa etária.

g) Saneamento

Não dá para falar de saúde sem fazer referência a saneamento básico, principalmente, quando se trata de população de baixa renda, normalmente, situada geograficamente, onde o quesito em pauta está sempre mais distante. Assim, em 1990, o município tinha apenas 1.404 pontos de ligações reais de água, o que representava 33,00 ligações-casa e lhe dava a 46ª posição no "ranking" do Estado. Na zona rural, a questão do abastecimento da água é mais grave, porque, além de ser escassa, a água, muitas vezes, é transportada da cacimba, não tratada, portanto, fora dos padrões de higiene considerados normais. Nos anos de seca, a situação se agrava ainda mais, já que só chega pelos carros pipa, tornando a dependência pelo produto, bem maior. Este quadro reflete, às vezes, um quadro mais agudo, porque quem não tem como armazenar a água, se torna, de certa forma, refém, daqueles que dispõem de um grande reservatório. Tomando por base o custo da água da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Ceará, que chega às torneiras do fortalezense, por exemplo, temos uma situação completamente absurda na zona rural de Santana. Por um consumo

médio mensal, uma família constituída por cinco pessoas gasta, na Capital, em média, 18 mil litros do produto devidamente tratado, pagando algo em torno de R\$ 15,00, em 2002. Na localidade do Chora, zona rural de Santana, as famílias pagam em torno de R\$ 6,00 para consumir apenas 400 litros de água barrenta, tirada das parcas cacimbas locais, com as menores condições de higiene quanto mais de tratamento. Essa quantidade é suficiente para atender apenas dois dias por uma família constituída de cinco pessoas, sem falar na água necessária para matar a sede dos animais como gado, ovelha, jumento, porco, cavalo, e burro.

h) Desenvolvimento Humano

Algumas tabelas a seguir mostram uma evolução lenta e gradual do desenvolvimento local, através dos indicadores de dois institutos, um local, o Iplance e o outro nacional, o IBGE. Os gráficos apresentam um resumo, em uma linguagem numérica do que se propõe este trabalho. Lançar olhares sobre a realidade de Santana, nas duas últimas décadas. Aqui, nestas tabelas, voltando até um pouco mais no tempo, nas décadas de 70, do desenvolvimento nacional e na década de 80, a considerada pelos economistas como década perdida. A tabela 3, por exemplo, mostra a gradualidade do desenvolvimento humano, nestas décadas, bem como, nos setores da longevidade e da escolaridade. Já a tabela 4, que mostra a renda, apresenta um quadro em que na década de 80 houve um salto do nível de renda do santanense, para em seguida na década de 90, cair. A renda apresentada pelos chefes de domicílio é tão inferior, que na tabela 5, o município aparece em 164º lugar, um dos últimos, no “ranking” do Estado, de acordo com o índice Gini. Na próxima tabela temos a colocação do município em relação ao restante dos municípios do Ceará, onde Santana fica em 102º lugar.

No último dia do ano passado, 31 de dezembro, os jornais do Ceará (Diário do Nordeste e O POVO) publicaram em suas edições, matérias destacando o mais recente relatório sobre o índice de desenvolvimento humano (IDH) de todos os municípios do Estado, em 2000. O IDH é uma medida criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e bastante utilizada para comparar o nível de desenvolvimento entre países. O índice é calculado com base em três fatores: educação (taxa de alfabetização e matrícula escolar), renda PIB per capita) e longevidade (esperança de vida ao nascer). Pelo estudo, Santana do Acaraú não está incluída na triste situação de municípios como Barroquinha, Granja e Croatá, os com piores indicadores, mas também não pode ser comparada com os municípios melhor colocados como Fortaleza, cujo IDH é de 0,786, ou seja, o 927º município no ranking nacional dos mais de cinco municípios brasileiros. O indicador de Santana é de 0,619, o que coloca o município em 113º lugar no ranking cearense e em 4.316º no ranking nacional, ou seja, quase entre os últimos.

IV.3 – Principais Questões Econômicas

a) Indústria

De acordo com a publicação Ranking dos Municípios do Ceará, do Instituto de Planejamento do Estado do Ceará (IPLANCE), edição de 1995, em 1991, em Santana do Acaraú haviam apenas quatro indústrias de transformação. Isto demonstra a opção adotada pelos três níveis de governos: municipal, estadual e federal, de não privilegiar o setor industrial no local. Em todos estes anos, a intervenção do setor privado e do setor público é praticamente nula, na área de produção. Com a vocação natural, a agricultura, também maltratada pela seca e pela falta de incentivos e, porque não dizer, pela espera demasiada dos donos de terra por alguém que possa oferecer uma outra alternativa, alcança um grau de estagnação, passando a comprometer ainda mais os indicadores econômicos do lugar. De acordo ainda com o estudo do banco do Nordeste denominado Perfis Econômicos dos Municípios do Ceará, de 1997, Santana do Acaraú tem potencial cujas atividades devem ser induzidas, nas áreas de fruticultura irrigada, olericultura irrigada, bovinicultura de corte semi-intensiva (cria, cria), bovinicultura de leite semi-intensiva, caprinicultura de corte, caprinicultura de leite semi-intensiva, ovinicultura, agroindústrias de processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças, além de indústrias de preparação de leite/fabricação de produtos de laticínios. Ainda segundo as prioridades de atividades podem ser induzidas as culturas da mandioca de sequeiro, avicultura, suinicultura, agroindústria de beneficiamento farinha de mandioca, agroindústria de processamento e beneficiamento de grãos industriais, agroindústria de processamento e beneficiamento de derivados de carne e aves e indústrias de minerais e não-metálicos. Outra prioridade vista é a das atividades que podem ser redirecionadas no município como grãos irrigados, apicultura fixa, apicultura migratória, agroindústria de processamento e beneficiamento de óleos vegetais e agroindústria de processamento e beneficiamento de mel de abelha.

b) Intermediários Financeiros

O número de intermediários financeiros (bancos comerciais ou privados) no início da década de 1990 era de apenas uma unidade. Essa informação continua atual. Passados mais de 12 anos, a única agência bancária instalada no município é uma agência do Banco do Brasil.

c) Finanças Públicas

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) feita por Santana do Acaraú em 1990 era de R\$ 30.560,00, o que dava uma arrecadação per capita de R\$ 1,39 por cada habitante. Este valor dava ao município a 117ª colocação no “ranking” geral dos municípios, de acordo com números da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Isto possibilitava um repasse de ICMS para o município no valor de R\$ 159.691, ou seja, 7,24% por habitante, o que colocava Santana em 154º lugar no “ranking” do Estado. Já em 1995, de acordo com o Ranking dos Municípios, publicação do Iplance, Santana passou a contribuir com uma arrecadação per capita de R\$ R\$ 3,00 por habitante, colocando o município em 114º no “ranking”, ou seja caindo aí, 40 posições na colocação. Em contrapartida seu repasse para o Estado caiu no “ranking” estadual para a 161ª colocação em 1995, com cada habitante repassando para o Estado em torno de R\$ 12,70, totalizando R\$ 316.018,42/ano. Também, na estimativa do Fundo de Participação dos Municípios, principal fonte de receita dos municípios menores, a colocação de Santana no “ranking” do Estado não é das melhores, ocupa a 109ª colocação, ou seja, o município teve uma receita de R\$ 1.824.565,00, o que representa um valor médio de R\$ 73,35%, per capita, por habitante.

Tabela 3:

Receita Orçamentária arrecadada e Despesa Orçamentária empenhada, segundo os municípios do Ceará – 1994

MUNICÍPIOS	RECEITA ORÇAMENTÁRIA			DESPESA EMPENHADA			SALDO (4)	
	Valor (R\$)	Valor da Receita/hab (R\$)	“R” (1)	Valor (R\$)	valor da Receita/hab (R\$)	“R” (1)	Valor (R\$)	“R” (1)
Santana do Acaraú	1.904.969	86,37	67	1.851.525	83,95	82	53.444	58

Fonte: TCM

Elaboração: IPLANCE

(1) “RANKING”

(2) Não foram computados dados de receita de todos os meses do ano

(3) Não foram computados dados de despesa de todos os meses do ano

(4) Saldo orçamentário é o total da receita menos a despesa

- (3) Não foram computados dados de despesa de todos os meses do ano
 (4) Saldo orçamentário é o total da receita menos a despesa
 (5) Dados extraídos do Balanço do Município de Fortaleza

Tabela 4:

Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (Idh-M), Ceará – Municípios 1970, 1980 E 1991 e 2000

MUNICÍPIO	GLOBAL				LONGEVIDADE (saúde)			EDUCAÇÃO			RENDA		
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Santana do Acaraú	0,262	0,322	0,371	0,619	0,426	0,452	0,543	0,280	0,296	0,365	0,080	0,219	0,204
Fortaleza	0,463	0,681	0,762	0,786	0,366	0,461	0,648	0,568	0,637	0,696	0,455	0,946	0,943
Ceará	0,275	0,477	0,699	0,597	0,302	0,574	0,640	0,406	0,564	0,603			

Analisando a tabela acima, podemos fazer algumas comparações entre o IDH do Estado, o de Santana, tendo ainda outro parâmetro, a Capital, Fortaleza, vemos que Santana está muito aquém dos índices, considerados ideais. Analisando a situação pela situação espacial, temos uma progressão, tanto em Santana, que em 1970 mostrava índices menores, bem como Fortaleza e o Ceará. Este índice avança lentamente e, mais notadamente, em Santana. Observando o IDH global, sob os três prismas observamos que Santana continua abaixo do Estado (0,699) e da Capital (0,786), com 0,619. De acordo com os padrões da ONU, IDH alto é aquele a partir de 0,8 para cima. Apenas 571 municípios dos 5.507 em todo o país ficaram neste patamar. Fortaleza está entre eles. Já o Estado do Ceará não subiu tanto assim, já que continua no patamar considerado baixo pela ONU. Santana, então, está longe de alcançar este índice. Isto também reflete os equívocos cometidos pelas políticas administrativas adotadas pelos governantes até agora.

Conclusão

Montado o painel de olhares sobre Santana do Acaraú, num espaço de duas décadas, agora é a vez de extrairmos algumas lições e fazermos também algumas prospecções sobre o futuro do lugar, a partir da realidade que se coloca à nossa frente. Já vimos que Santana sofreu muito por ter feito uma opção pela oposição. Uma oposição pela oposição. Tão ingênua quanto maléfica à municipalidade. A mim parece que os dois maiores condutores do processo de desenvolvimento ou não de Santana usaram o tempo todo a população na condução dos processos que mais pareciam deleites pessoais. Outro fator que aparece fortemente marcado na realidade do município é a falta de um planejamento estratégico, urbano, de utilização do solo, a ausência completa de instrumentos de gestão e de planejamento. A expressão maior desta enorme lacuna na vida de cidade pode ser comprovada pela ausência do Plano Diretor da Cidade.

Essa falta de planejamento, a realização de coisas de oitiva pode ser configurada numa declaração do atual prefeito José Aldenir Farias, por ocasião de uma reunião na comunidade do Mendes, no final de 2002, de que foi eleito sem um projeto de governo. Me parece uma situação extremamente grave, principalmente pela falta de um posicionamento mais forte e combativo dos eleitores. Mas como dizem que cada sociedade tem o governante que merece... Com a ascensão de Farias ao poder – ele foi eleito em 2000 com o apoio do então prefeito João Ananias e, em 2001, rompeu para se aliar ao governo do Estado – forma-se mais uma corrente política, no cenário de brigas internas de Santana. Farias fez uma opção, que nenhum outro governante fizera nos últimos anos. Se aliou ao governo na tentativa de fazer o que os outros também não conseguiram: levar benfeitorias para o município. No ano passado, embora fosse um ano atípico, por ser eleitoral, ele conseguiu alguns projetos de eletrificação rural, a urbanização da entrada da cidade, uma obra que ficou aquém do que foi prometido, e a promessa da construção de um açude para reforçar o abastecimento hídrico do município. O açude já foi iniciado, mas as obras, que no final do ano passado estavam em torno de 15% do total, andam a passos lentos, principalmente nesta entressafra de governo e de recursos.

A ausência de intervenções tanto do setor público quanto privado me parece também um grande entrave para o desenvolvimento local. A vocação natural, a agricultura, a agroindústria, a agropecuária, todas foram relegadas, fazendo com que a economia estagnasse e ficasse dependendo apenas dos repasses naturais em nível estadual e nacional. A falta de mobilização das comunidades também agrava a falta de perspectivas, de horizontes para a abertura de novas oportunidades ou alternativas de desenvolvimento. O próprio rio Acaraú é subaproveitado, desperdiçando um potencial para novos empreendimentos, tanto do ponto de vista de irrigação quanto até mesmo um empreendimento turístico.

A ausência de um espaço para discussão para as questões de Santana, também me parece um elemento inibidor, do progresso. Entendo que Santana deveria se unir em torno dela própria. Aqui lanço algumas sugestões neste sentido: a) a criação de um fórum de discussão dos problemas da cidade. Um espaço que reunisse a todos os representantes dos segmentos da sociedade, algo parecido como o Pacto de Cooperação. Nesse espaço poderia ser discutido um projeto que envolvesse os mecanismos necessários para levar o progresso à cidade. O planejamento adequado das ações que seriam debatidas, e depois, sistematizadas na busca de um modelo que beneficiasse todas os setores da população, desde o comércio, a indústria, a agricultura, os serviços, o lazer, o turismo. Aliás, cada um dos setores podia ganhar um fórum próprio a fim de debaterem seus problemas até que fossem encontradas as saídas viáveis para cada um deles. As soluções apontadas seriam encaminhadas para o fórum central que avaliaria e referendaria as alternativas apresentadas. Encontradas as soluções, estas seriam encaminhadas aos gestores do Estado e município a fim de que as medidas fossem implantadas. Entendo que assim Santana além de se unir, definitivamente em torno de si e dos seus, encontraria a saída, da sua maneira para as questões que tanto afligem sua população como a pobreza, a injustiça social, o desemprego, a falta de médico, de hospital, a falta de qualidade no ensino.

Bibliografia

- FROTA, D. José Tupinambá – História de Sobral – 2ª edição , Fortaleza-Ceará 1974
- GIRÃO, José Raimundo – Pequena História do Ceará – 3ª edição revista, volume 5, ed., Ceará, 1971
- GIRÃO, José Raimundo – Os Municípios Cearenses e os Distritos- ed. SEDUC , Fortaleza-Ceará, 1983.
- IPLANCE, ÍNDICE de Desenvolvimento Municipal (IDM).
- MEC, PCN's. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental Introdução, 1998.
- PNUD, PROJETO “Desenvolvimento Humano no Brasil, 1970-1999”
- IPLANCE – Ranking dos Municípios: Indicadores selecionados. Fortaleza, 1995. 132p.
- IPLANCE, Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), Fortaleza, 1998 103 p.
- BANCO DO NORDESTE, Perfil Econômico dos Municípios (Ceará), março de 1997
- BANCO MUNDIA, Estudo sobre a Redução da Pobreza, Crescimento Econômico e Equilíbrio Fiscal no Estado do Ceará, junho de 1999.